

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

GUNTER AXT

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA
(1893-1895): GUERRA CIVIL NO BRASIL

AXT, Gunter
A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): GUERRA
CIVIL NO BRASIL
R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 178(477):107-135, maio/ago. 2018

Rio de Janeiro
maio/ago. 2018

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): GUERRA CIVIL NO BRASIL

THE FEDERALIST REVOLUTION (1893-1895): CIVIL WAR IN BRAZIL

GUNTER AXT ¹

Resumo:

O artigo propõe-se a desenvolver uma perspectiva de síntese da Revolução Federalista, que se estendeu de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, conflagrando três Estados do Sul da Federação e, combinada com a Revolta da Armada, que eclodiu em setembro de 1893 no Rio de Janeiro, cercou e bombardeou a Capital do País, chegando ainda a constituir um governo paralelo na cidade de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis). São, assim, analisadas, a partir de novas fontes divulgadas nos anos 2000 e de novo arcabouço analítico e conceitual desenvolvido pela historiografia, sobretudo a partir de meados dos anos 1980, causas, consequências e natureza do conflito, no plano político, econômico e mnemônico, de modo a permitir a tessitura de um quadro geral do sentido histórico dos acontecimentos.

Palavras-chave: Revolução Federalista, República, Joca Tavares, Francisco Tavares, Saldanha da Gama, Sul do Brasil.

Abstract:

The article provides a synthesis perspective of the Federalist Revolution that lasted from February 1893 to August 1895. It convulsed three States in the South of the Federation, and, together with the revolt of the Armada that broke out in September 1893 in Rio de Janeiro, surrounded and bombed the country's capital, and even established a parallel government in the city of Nossa Senhora does Desterro (now Florianópolis). Based on new sources published in the 2000s, as well as on a new analytical and conceptual framework developed by historiography, especially from the mid-1980s onwards, we analyze the causes, nature and consequences of the conflict in political, economic and mnemonic terms so as to present a general picture of the historical meaning of the events.

Keywords: Federalist Revolution, Republic, Joca Tavares, Francisco Tavares, Saldanha da Gama, Southern Brazil.

A Revolução Federalista, que se estendeu de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, foi um dos mais amplos e tormentosos conflitos estalados no Brasil. A revolta, na qual efetivamente se jogou o futuro da República então recém-proclamada, conflagrou três Estados do Sul da Federação e, combinada com a Revolta da Armada, que eclodiu em setembro de 1893 no Rio de Janeiro, cercou e bombardeou a Capital do País, chegando ainda a constituir um governo paralelo na cidade de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis). Apenas no Rio Grande do Sul estimou-se o perecimento de 1% da população da época, cerca de 10 mil pessoas, além

¹ – Doutor em História Social USP, pós-doutor pelo CPDOC/FGV e pelo PPG Direito da UFSC. Pesquisador associado Diversitas/USP. gunter@terra.com.br.

dos incontáveis feridos². Tãmanha foi a barbãrie desta que, popularmente, ficou conhecida como a “revoluçãõ da degola” que parte da historiografia tradicional no sãculo XX preferiu silenciar sobre ela, tendo se tornado cãebre a sentençã do General Souza Docca: “um capítulo doloroso de nossos anais, que merece a nossa condenaçãõ, e o fazemos silenciando seus acontecimentos”³.

Docca, cujas perspectivas influenciaram atã mesmo a historiografia revisionista marxista dos anos 1970/80, acreditava que a origem da violãncia residia no curto governo de Joãõ de Barros Cassal e dos dissidentes republicanos, que se estendeu de 12 de novembro de 1891 a oito de junho de 1892 e que entrou para a histãria com a alcunha de governicho. Basicamente, imputava aos oposicionistas de Julio Prates de Castilhos, o intransigente lãder que se consagrou como “Patriarca da Repãblica”, a responsabilidade pelo desencadeamento da espiral de iras e apostasias, que teria suscitado posteriormente a vingança dos castilhistas. Docca entendia que os revolucionãrios federalistas representavam uma resistãncia reacionãria ao progressismo renovador do castilhismo. A tese, com nuances mais acadãmicas, foi reproduzida por autores como Hãlgio Trindade e Cãeli Pinto, para os quais, essencialmente, “as estruturas” socioeconãmicas como que ansiavam pelo modelo político do castilhismo⁴. As primeiras anãlises marxistas sobre a malfadada quadra simplificaram o processo histãrico, reduzindo o conflito a uma oposiçãõ entre estancieiros da regiãõ da Campanha e comerciantes e classe mãdia urbanos⁵. No extremo oposto, autores como Wenceslau Escobar, Rodolpho Costa e Rafael Cabeda esgrimiam a representaçãõ do regime castilhista como persecutãrio

2 – LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revoluçãõ de 1930*. Sãõ Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

3 – DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *Histãria do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Ed. Simãões, 1954, p. 361.

4 – TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidãrio republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs) *RS: Economia e Políticã*. Porto Alegre: Ed Mercado Aberto, (1979 1ª ed.), 1993; PINTO, Cãeli. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Ed. L&PM, 1986.

5 – FRANCO, Sãrgio da Costa. O sentido histãrico da Revoluçãõ de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Ufrgs, 1962.

e arbitrário⁶. Foi apenas com uma nova historiografia, a partir dos anos 1990 e com a descoberta de novas fontes, como os Diários de Joca Tavares, de Francisco Tavares, do Almirante Saldanha da Gama e do General Vieira da Rosa, por exemplo, que novas perspectivas tomaram corpo⁷.

Quando a República foi proclamada, em 1889, colhendo a todos num hausto, mesmo prestigiados, os republicanos eram minoria⁸. Em face ao agravamento da chamada crise militar, o tribuno liberal que então hegemonizava a política sul-rio-grandense, Gaspar Silveira Martins, fora convocado à Corte, para onde embarcara a 12 de novembro, deixando interinamente no Executivo provincial Justo Azambuja Rangel. No dia 15, enquanto Silveira Martins encontrava-se a caminho do Rio de Janeiro, um telegrama de Quintino Bocaiúva comunicava à redação de *A Federação*, órgão jornalístico do jovem Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que o Império ruína: um Governo Provisório consultaria a Nação sobre a instalação de uma Constituinte⁹.

A partir daí, o Brasil viveu um quadro de sobressaltos. Entre 1889 e 1894, o País sofreu três golpes de estado, vários golpes e quedas de governos nas unidades federadas (antigas províncias), atravessou dois

6 – ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da Revolução rio-grandense de 1893*. Rio de Janeiro: s/ed., 1919; CABEDA, Rafael & COSTA, Rodolpho. *Os crimes da ditadura*. Rivera: *O Maragato*, 1902.

7 – AXT, Gunter. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistaborgista. Caxias do Sul, *Revista Méti, cultura & história*, vol. 1, n.1, pp. 39-70, 2002; AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (org.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004; AXT, Gunter; COSTA, Milena C.; MARTINS, Hélio Leoncio (org.) *Diário e correspondências do Almirante Saldanha da Gama*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009; AXT, Gunter; SANCHES, Helen C. C.; ZEFERINO, Augusto C. (org.). *Memórias: General Vieira da Rosa – participação na Guerra do Contestado*. Florianópolis: Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, 2012.

8 – ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de Ditadura Rio-grandense*. Rio de Janeiro: s/ed., 1922, p. 19.

9 – MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul (1889-1890)*. Porto Alegre: s/ed, 1939; FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua Época*. Porto Alegre: UFRGS, 1988, 2ª ed.; AXT, Gunter; CABEDA, Coralio B.P.; MORITZ, Maria Lucia R.D.F.; SEELIG, Ricardo V. (orgs.) MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Memorial do MPRS/PGJRS, 2005.

governos militares, confrontou-se com a trágica quadra revolucionária. A economia se desarranjou em níveis jamais conhecidos: a moeda nacional caiu da paridade com a libra esterlina para um terço disso, estabeleceu-se um cenário desolador de febre especulativa, conhecido como o Encilhamento, e houve permissão para que bancos privados emitissem dinheiro, com encorajamento de fraudes na bolsa de valores, enérgica alienação de terras públicas, acarretando grave prejuízo ao erário e concessão de contratos superfaturados¹⁰.

No Rio Grande do Sul, ódios fratricidas só faziam fermentar desde que o aguerrido republicanismo assumira o controle do estado, adunando-se em torno de Julio de Castilhos. No dia 8 de junho de 1893, o General Barreto Leite, décimo governante do Estado desde a proclamação da República, retornou ao poder, substituindo o dissidente republicano Barros Cassal, e nomeou para Vice o Visconde de Pelotas, primeiro a governar o Estado, em novembro de 1893. Em seguida, Leite resignou ao cargo. Por intermédio do Visconde, o segmento ligado ao antigo prócer liberal Gaspar Silveira Martins retomava o controle do Estado. Projetando a realização de eleições no dia 21, os gasparistas permaneceram nove dias no poder, sendo surpreendidos por uma sedição castilhista armada com o apoio do Presidente da República Floriano Peixoto. O Marechal, que inicialmente concorrera para a sustentação do Governo Provisório, retrocedeu e deu garantias a Castilhos, provavelmente, temeroso do renascimento do gasparismo parlamentarista. Desde o início de maio, Floriano Peixoto despachara para Porto Alegre o Major José Caetano de Faria, incumbido de tentar aproximar castilhistas e cassalistas a fim de evitar a explosão de animosidades. O negociador não obteve sucesso e alertou Floriano que, se realizadas eleições, o poder cairia em mãos de Gaspar Martins¹¹.

10 – SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição*. São Paulo: Edusp, 1996; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998. (Primeira edição: 1959); AXT, Gunter. Ramiro Barcelos e as questões econômicas de seu tempo. In: FISCHER, Luis Augusto (org.). *Antônio Chimango. Poemas, crônicas, discursos e polêmicas de Ramiro Barcelos*. Caxias do Sul: Ed. Modelo de Nuvem, 2016.

11 – MOURA, Euclides. *O vandalismo no Rio Grande do Sul*. Pelotas: Universal, 1892; RUSSOMANO, Victor. *História Constitucional do Rio Grande*. 2ª ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, 1976; FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Cas-*

Sem o apoio do Exército, o Marechal Visconde de Pelotas concluiu pela impossibilidade de resistência. Num gesto simbólico, transferiu o governo para o Brigadeiro João Nunes da Silva Tavares (antiga liderança do Partido Conservador que aderira ao republicanismo, mas dissentira de Castilhos), que estava em Bagé, tentando destarte estabelecer o impasse em torno da dualidade de governos. Joca Tavares esboçou resistência, convocando correligionários, mas as brigadas de provisórios castilhistas, municadas pelo Exército, já marchavam sobre a cidade, sob o comando de Hipólito Ribeiro, Isidoro Fernandes de Oliveira, Francisco Rodrigues Portugal, Luís Alves Pereira, Francisco Rodrigues Lima e José Gomes Pimheiro Machado. O Coronel Artur Oscar de Andrade Guimarães, à frente de força de infantaria e artilharia, negociou com Tavares uma rendição, sob a condição de que as vidas e as propriedades dos moradores fossem asseguradas. Depois de depostas as armas, Castilhos enviou telegrama desautorizando as garantias e os *patriotas* de Manuel Pedroso de Oliveira e de Bernardino Motta invadiram Bagé, cometendo toda a sorte de tropelias e de perseguições: o episódio ficou conhecido como a “traição de Bagé”¹².

Em meio à onda de saques, de prisões arbitrárias e de assassinatos, muitos fugiram para o Uruguai. Floriano resolveu enviar outro observador, o General-de-Brigada João Batista da Silva Telles, que sugeriu, em novembro de 1892, a imediata nomeação de um interventor militar a fim de evitar o iminente banho de sangue, não sendo, entretanto, atendido. Clara estava a disposição de Floriano de preservar Castilhos no poder a qualquer custo¹³.

tilhos e sua Época. Porto Alegre: UFRGS, 1988, 2ª ed.; MEDEIROS, Laudelino T. *A pacificação da Revolução de 1893*. Porto Alegre: La Salle, 1995, p. 17.

12 – MEDEIROS, Manoel da Costa. *História do Herval*: descrição física e histórica. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Herval: Prefeitura Municipal, 1980, 402 p.; THOMPSON, Almirante A. *Guerra Civil no Brasil*. Subsídios para a história. 1893-1895. Vida e morte do Almirante Saldanha da Gama. Rio de Janeiro: Editora Carioca, 1959, p. 35; CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Apontamentos sobre a relação de Julio de Castilhos com os militares. In: Axt, Gunter et alli (orgs.). *Julio de Castilhos: o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2005, pp. 255-263, p. 262.

13 – VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Do-

Em 15 de dezembro, Castilhos retornou a Porto Alegre, sendo empossado Presidente do Estado pela Assembleia no dia 25 de janeiro de 1893. Logo em seguida, no dia 2 de fevereiro, os *montoneros* de Gumercindo Saraiva, estancieiro *brasiguai* radicado em Santa Vitória do Palmar e refugiado no Uruguai desde a disseminação do terror, invadiram a fronteira nas proximidades de Bagé em companhia do velho Brigadeiro Joca Tavares, que, aos 76 anos de idade, fora investido Comandante-em-Chefe do Exército Libertador. Nas duas semanas seguintes, gaúchos uniram-se às forças de Gumercindo, totalizando um efetivo de cerca de 3 mil homens. Evitando a praça fortificada de Bagé, os libertadores, também chamados de federalistas ou de maragatos, seguiram para Santana do Livramento, conquistando, no caminho, a cidade de Dom Pedrito, no dia 22, depois de intenso tiroteio travado com o Exército brasileiro e com os castilhistas¹⁴.

Gumercindo e, posteriormente, seu irmão Aparício celebrizaram-se como os mais ativos e aguerridos líderes militares entre os libertadores, praticamente levando a Revolução nas costas em diversos momentos. Joca Tavares empenhou seu prestígio e sua fortuna pessoal na empreitada, mas, com idade propecta, tinha mobilidade limitada. Dadas as dificuldades de comunicação, sua autoridade mal chegava aos chefes que sustentaram a Revolução em outros pontos do Estado, para além da chamada metade sul, tais como Dinarte Dorneles, Tico Dedê, Felipe Portinho, Aníbal Padão, nas Missões; Prestes Guimarães, Veríssimo da Veiga, Borges Vieira, Pedro Bueno de Quadros, Elisiário Prestes, na Serra; José Antônio de Sousa, José Altenhoffen, Zeca Ferreira, Pedro Jungblut, Aníbal Geraldo Pereira, no Alto Taquari e região colonial; Felisberto Batista, Beli-

cumentos e comentários. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897; CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Apontamentos sobre a relação de Julio de Castilhos com os militares. In: Axt, Gunter et alli (orgs.). *Julio de Castilhos: o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2005, pp. 255-263, p. 262.

14 – CHASTEEN, John Charles. *Héroes a caballo: los hermanos Saravia y su frontera insurgente*. Montevideo: Ediciones Santillana; Ed. Aguilar; Fundación Bank of Boston, 2001, pp. 25-79; AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895). Guerra civil brasileira. In: AXT, Gunter (org.). *As guerras dos gaúchos*. História dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2008, pp. 224-248, p. 235.

sário Batista, em Cima da Serra; Vicente Gomes, Francisco Vaz Ferreira (Chico Marinho), de Viamão ao litoral. O comando civil da Revolução instalou-se entre Montevidéu e Buenos Aires por onde circulavam Silveira Martins e Francisco da Silva Tavares, procurando levantar recursos e estabelecer alianças¹⁵.

A desvantagem dos federalistas era evidente. Financeiramente escorado pela oligarquia paulista e militarmente amparado por Floriano Peixoto, Castilhos valeu-se da linha férrea da *Southern Brazilian Railway* para enviar reforços com agilidade a Bagé tão logo chegou a notícia da queda de Dom Pedrito. Além disso, uma rede telegráfica instalada nas décadas de 1870 e 1880 permitia a Castilhos monitorar o deslocamento dos rebeldes e coordenar manobras de suas forças, recurso com o qual os federalistas contavam apenas entre os países platinos e a fronteira, salvo no período em que controlaram os Estados de Santa Catarina e do Paraná.

Em sua quase totalidade com civis militarizados, eram agudos, entre os federalistas, os problemas de unidade de comando, exacerbados pelas dificuldades de comunicação e pelo espírito autonomista dos chefes e caudilhos. A hierarquia era instável e a disciplina não raro estabelecida a caro custo. Rivalidades e aspirações pessoais se entrecrocavam. Testemunho eloquente disso foi a recusa do General Salgado em unir-se a Gumercindo Saraiva na inflétida em direção ao norte, negando-se a “sair gauchando pelas estâncias”. A expressão traía o elitismo, desconectado da realidade da guerra de movimento em zona de campo aberto, vazado pelo distinto militar de carreira¹⁶.

15 – CHASTEEN, John Charles. *Héroes a caballo*: los hermanos Saravia y su frontera insurgente. Montevideo: Ediciones Santillana; Ed. Aguilar; Fundación Bank of Boston, 2001, pp. 25-79; AXT, Gunter. *A Revolução Federalista (1893-1895). Guerra civil brasileira*. In: AXT, Gunter (org.). *As guerras dos gaúchos*. História dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2008, pp. 224-248, p. 235; GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. *A Revolução Federalista em Cima da Serra*. Diário de Campanha. Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro, 1987; AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004.

16 – AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto

Como registra Cabeda, “um dos casos mais emblemáticos” do impacto dessas dificuldades sobre a tomada de decisões estratégicas

foi a falta de consenso entre os chefes sobre o ataque à Divisão do Sul, então em organização nas proximidades de Pelotas, logo após a importante vitória do Rio Negro [27/11/1893]. As probabilidades de sucesso da operação, que teria ameaçado aquela importante cidade, onde os revolucionários contavam com muitos adeptos e simpatizantes, poderia, também, ter eliminado como força combatente uma grande unidade que muito trabalho lhes daria em futuro próximo. Em seu lugar, optou-se pelo mal sucedido cerco a Bagé, objetivo político onde se estiolaram os escassos recursos materiais dos revolucionários, que não dispunham de artilharia para submeter os defensores da cidade¹⁷.

Do mesmo modo, decisões estratégicas tomadas pela liderança política localizada em Montevideu ou Buenos Aires, à revelia do comando militar na fronteira, revelaram-se desastrosas, com grandes prejuízos materiais e humanos. Tais foram os casos dos mal planejados e pior executados ataques à cidade do Rio Grande pelos Almirantes Wandenkolk e Custódio de Melo.

As questões financeiras e logísticas, muito inter-relacionadas, também revelaram certo grau de improvisação. Francisco da Silva Tavares critica a falta de providência no aprestamento material da invasão, que, decidida, deveria ser acompanhada por medidas tendentes a remeter para a fronteira, parceladamente, os recursos indispensáveis, como armamento, munições, arreios, vestuário, a fim de não despertar suspeitas sobre grandes volumes. Isso, sem falar na cavallhada ou nos recursos para a sua aquisição.

A rigor, do princípio ao fim, lutou-se com escassez desses elementos e muitas operações tiveram de ser adiadas ou abandonadas pela falta de meios. Em um tipo de guerra em que o cavalo desempenhava papel primordial, a substituição das manadas inutilizadas pelas marchas forçadas ou pelas enfermidades, como o chamado ‘mal-dos-vasos’, foi fator altamente limitativo das operações.

Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004.

17 – CABEDA, Corálio. Eclôso e desenrolar da evolução. AXT, Gunter; CABEDA, Corálio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004, pp. 42-43.

O problema do armamento merece comentário à parte. A heterogeneidade do material adquirido, seja pela disponibilidade no mercado platino, seja pelos reclamos da frente de combate ou por qualquer outra razão, acarretou, como não poderia deixar de ser, sérios problemas de remunciação e não foram poucas as queixas de que a munição enviada não servia para as armas empregadas. Isso quando não acontecia estar o mercado totalmente carente de determinados tipos, como foi o caso das Mausers de um só tiro. A simples menção dos modelos empregados fornece uma pálida ideia desse momentoso problema, que se refletiria, obrigatoriamente, na condução das operações: Comblain, Minié, Spencer, Winchester, Remington, Mannlicher, Chassepot, Mausers de um e de cinco tiros etc... Casos houve em que a munição disponível era de fogo circular, imprestável para armas que utilizavam as de fogo central...¹⁸.

A maior parte dos chefes federalistas lutava com recursos bélicos modestos, evitando confrontos diretos com forças melhor aparelhadas. Foi uma típica guerra de movimento ou de guerrilha, onde as cargas de cavalaria com lanceiros desempenhavam função central.

O objetivo direto da Revolução era a derrogação da Constituição estadual de 14 de julho de 1891, que aluía a separação dos Poderes e facultava ao mandatário reeleições indefinidas, bem como a remoção de Castilhos do Governo. Se combatia também, entretanto, o Regimento Eleitoral Alvim e o presidencialismo florianista. Já, para os castilhistas, resistir tratava-se de consolidar a hegemonia republicana positivista e não parlamentar, além de afastar o fantasma da restauração monárquica, igualmente temido por Floriano Peixoto¹⁹.

18 – CABEDA, Corálio. *Eclósão e desenrolar da evolução*. AXT, Gunter; CABEDA, Corálio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004, pp. 43-44.

19 – THOMPSON, Almirante A. *Guerra Civil no Brasil*. Subsídios para a história. 1893-1895. Vida e morte do Almirante Saldanha da Gama. Rio de Janeiro: Editora Carioca, 1959; QUEIRÓS, Suely Robles Reis. *Os radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *Os subversivos da República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

Além das causas políticas, contudo, havia interesses econômicos que a permeavam. Os conflitos atingiram contornos mais violentos nos municípios onde os partidos imperiais melhor se consolidavam e onde disputas pela posse de terras se exacerbavam. Além disso, muitos fronteiriços reagem à extinção da *tarifa especial* – arquitetada por Silveira Martins durante o Império e que facilitava a integração comercial da zona fronteira com o Uruguai, em prejuízo das casas comerciais da chamada zona urbano-litorânea, isto é, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande²⁰. O interesse dos comerciantes uruguaios estava diretamente envolvido, pois era por seu intermédio que as mercadorias protegidas pela tarifa especial inundavam as cidades da zona limítrofe, eventualmente chegando até a Capital²¹. Numa economia pré-capitalista, o controle do estado era essencial para a posse da terra, importância relevada, no caso gaúcho, em virtude do combate ao contrabando de fronteira²². Rodolpho Costa e Rafael Cabeda haviam reconhecido entre as causas a reação dos comerciantes fronteiriços à política anticontrabando dos Governos Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Julio de Castilhos²³.

Não obstante, a base social do Partido Federalista e da Revolução de 1893 não estava circunscrita a uma região e classe. Assim como na Campanha, estancieiros e mercadores viram no projeto de Castilhos uma chance de ganho e de afirmação de poder, o Litoral e a Serra conheceram

20 – BARETA, Sílvio Rogério Duncan. *Political Violence and Regime Change: a Study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. University of Pittsburgh, 1985.

21 – ALVES, Francisco das Neves. Protecionismo X Americanização republicana: o caso do RS no final do século XIX. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993, pp. 137-148.

22 – FRANCO, Sérgio da Costa. Panorama geral da Revolução Federalista. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993, pp. 11-14, p. 13.

23 – CABEDA, Rafael & COSTA, Rodolpho. Os crimes da ditadura. Rivera: *O Maragato*, 1902; AXT, Gunter; CABEDA, Coralio B. P. & SEELIG, Ricardo V. (orgs.). CABEDA, Rafael & COSTA, Rodolpho. *Os crimes da ditadura*. A história contada pelo dragão. Introduções de Gunter Axt e Coralio Cabeda. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2002.

lideranças que se identificaram com os federalistas, provavelmente instigadas por vendetas e reagindo à exclusão política da qual foram vítimas²⁴.

A memorialística permite captar a complexidade social que permeou a Revolução para além do conflito no interior da classe dominante. Ângelo Dourado revela a adesão de contingentes populares à coluna de Gumercindo Saraiva que, em dado momento, chegou a contar com cerca de 6 mil homens, seguidos por cerca de até 2 mil mulheres e crianças. Essa massa de gente deslocando-se por três diferentes estados sugere um fenômeno social complexo. Dourado e Prestes Guimarães oferecem indícios de que os chamados bugres, posseiros e ervateiros da Serra incorporaram-se às colunas. Pobres e analfabetos, esses indivíduos deixaram poucos registros de suas visões de mundo, mas reagiam à expulsão de suas terras em decorrência da expansão do latifúndio, das serrarias e das vias férreas. O então Major Leonel Rocha, célebre liderança popular de 1923, já figurava na Revolução de 1893, incorporado à coluna Prestes Guimarães e contribuindo na comunicação com a coluna de Gumercindo Saraiva²⁵.

A presença de Leonel Rocha poderia ser encarada como fenômeno isolado, não fosse a participação de outras lideranças sem conexão com o latifúndio. Wenceslau Escobar destaca o papel desempenhado pelo Tenente-Coronel Agostinho Rodrigues, pequeno proprietário rural. Honório Lemes, protagonista inconfundível da Revolução de 1923, era outro pequeno proprietário que já figurava na Federalista, incorporado como oficial na coluna de Ismael Soares. O próprio Adão Latorre, celebrizado pelos episódios da degola do Rio Negro, teria sido mais do que um simples capataz da família Tavares: Tarcísio Taborda indica que, antes de se

24 – AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895). Guerra civil brasileira. In: AXT, Gunter (org.). *As guerras dos gaúchos*. História dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2008, pp. 224-248, p. 238.

25 – DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*. Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1977; CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Considerações em torno da batalha de Passo Fundo. Porto Alegre: *Revista do IHeGRS*, nº 139, 2004, pp. 9-26; GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. *A Revolução Federalista em Cima da Serra*. Diário de Campanha. Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro, 1987; ARDEN-GHI, Lurdes Groll. *Caboclos, Ervateiros e Coronéis. Lutas e Resistência no Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2003.

incorporar à Federalista, Latorre já ocupava posto de oficial no Exército *blanco* uruguaio²⁶.

A coluna de Gumercindo, especialmente depois da retirada do Paraná, também chegou a ser integrada por praças de unidades governistas derrotadas. O engajamento ao federalismo, neste caso, não deixa de ser curioso, pois sinaliza a fluidez das posturas ideológicas: para esses soldados, ou era indiferente o lado pelo qual lutavam ou estiveram inseridos contra a vontade nas unidades governistas²⁷.

Francisco Grabowski, um imigrante polonês cujo diário é citado por Cabeda²⁸, dá uma ideia das razões que levaram muitos imigrantes europeus, liderados pelo Coronel Antônio Zdizslaw Bodziak, a se associar à coluna Gumercindo: havia uma inclinação natural dos imigrantes pela oposição a Floriano Peixoto, agravada pelos desencantos com promessas feitas na Europa diante da dura realidade colonial, marcada pela pobreza, pelas enfermidades e pela exploração – o roubo nos negócios que os vitimava, o calote no pagamento de serviços na construção de estradas e o recrutamento forçado para a Guarda Nacional.

Sem deixar de admitir que a região colonial foi fundamental para o lado governista, pois abastecia Porto Alegre e unidades militares com víveres, Gertz constata o vasto prestígio de Silveira Martins e do Partido Liberal nos anos anteriores à Proclamação junto aos teuto-brasileiros, vistos com certo preconceito pelos republicanos. Os agentes castilhistas intensificaram a cooptação dos teutos apenas a partir dos meses finais da Revolução. De um modo geral, “a região colonial como um todo participou ativamente do episódio revolucionário”, reagindo cada recanto com

26 – ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da Revolução rio-grandense de 1893*. Rio de Janeiro: s/ed., 1919; TABORDA, Tarcísio A. Costa. Cem Anos do Cerco de Bagé. In: *Correio do Sul*, Bagé, 23/11 a 22/12/1993. In: *Revista do IHeGRS*, Porto Alegre, nº 130, 1994, com nota explicativa de Coralio B. P. Cabeda.

27 – AXT, Gunter. *A Revolução Federalista (1893-1895). Guerra civil brasileira*. In: AXT, Gunter (org.). *As guerras dos gaúchos*. História dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2008, pp. 224-248, p. 238.

28 – CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Considerações em torno da batalha de Passo Fundo. Porto Alegre: *Revista do IHeGRS*, nº 139, 2004, pp. 9-26, 2004.

suas peculiaridades, o que contraria tese difundida de que os imigrantes europeus não teriam se envolvido na política da passagem do Império para a República²⁹.

José Cândido da Silva Muricy, em depoimento sobre o “Batalhão Garibaldi”, comandado pelo jornalista Francisco Colombo Leoni e incorporado à coluna de Gumercindo no Paraná, registra, a propósito da Colônia Santa Cecília, formada por imigrantes italianos, que pretenderam criar no Oeste paranaense um modelo de sociedade anarquista:

(Leoni) recrutou para o seu batalhão toda a corja de comunistas que, reunidos, formavam a célebre Colônia Santa Cecília e que infestavam, como bandidos e salteadores, toda a região, vivendo exclusivamente à custa das outras colônias que dilapidavam. O General Pinheiro Machado, em cujas mãos foram cair, contou-me que não escapou um só desses homens, nenhum voltando à colônia que, assim, desapareceu...³⁰.

A Revolução não foi financiada apenas pelos estancieiros da Campanha e exilados. Gaspar Martins e Saldanha da Gama, a propósito, queixavam-se dos ricos companheiros emigrados que andavam retraídos. Para compensar, muitos chefes federalistas concorriam com seus recursos. O próprio Joca Tavares valeu-se de seu prestígio pessoal para tomar empréstimos na região da fronteira³¹.

A confiança dos financistas e dos agiotas na Revolução melhorou durante o período em que se deu a conexão com a Revolta da Armada. Francisco Tavares, todavia, queixou-se da falta de apoio do Governo do Desterro com a rebelião no Rio Grande do Sul. Francisco alude às contribuições feitas para a campanha pelos mercadores uruguaios da cidade de

29 – GERTZ, René. Aspectos da Revolução Federalista na zona de colonização alemã. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993, pp. 115-122.

30 – MURICY, Gal. José Cândido da Silva. *A Revolução de 1893 nos Estados de Santa Catarina e Paraná (memórias)*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2ª ed., 1946.

31 – AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004; AXT, Gunter; COSTA, Milena C.; MARTINS, Hélio Leoncio (orgs.). *Diário e correspondências do Almirante Saldanha da Gama*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.

Salto, os quais, como se viu, se beneficiavam do regime viabilizado pela antiga tarifa especial³².

Uma correspondência de Saldanha da Gama a Joca Tavares, datada de 20 de junho de 1895, em que o Almirante, desgostoso com os rumos tomados pelas negociações de paz, que já sinalizavam no sentido de serem declinadas reivindicações de caráter nacional, insistia que o comando revolucionário deveria levar em consideração o decisivo concurso financeiro empenhado pelos monarquistas no início da Revolução e no segundo semestre de 1894. Saldanha queria condicionar a pacificação à realização de um plebiscito que escolhesse pelo voto popular a forma de Governo, monarquia parlamentar ou república. Assim, em que pese tudo o que fizessem os federalistas para afastar a pecha de restauradores, que os castilhistas amiúde queriam lhes fazer recair, houve uma corrente monarquista engajada no movimento, da qual o Almirante Saldanha da Gama era o paladino mais evidente.

Em meados de 1893, depois do combate do Inhanduí³³, travado em 3 de maio, a Revolução perdeu ímpeto. Às margens do Arroio Inhanduí,

32 – AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004.

33 – *Combates da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: 1893*: 20 de fevereiro a 17 de março – sítio de Santana do Livramento; 22 e 23 de fevereiro – tomada de Dom Pedrito; 15 de março – Upacarái; 16 de março – Caneleiras; 19 de março – tomada de Alegrete; 27 de março – Jararaca; 31 de março – tomada de Quaraí; 3 de maio – Inhanduí; 12 de maio – Upamaroti; 17 de junho – Jaguari; 20 de junho – Piraí; 23 de junho – Serrilhada; 12 de julho – Rio Grande; 18 de julho – Cerrito; 27 de agosto – Cerro do Ouro; 25 de setembro – Passo do Mariano Pinto; 27 de setembro – tomadas de Itaqui e de Quaraí; 15 de outubro – Mato Castelhana; 18 de outubro – Mato Português; 23 de outubro – Bom Jesus; 19 de novembro – Rio Canoas; 20 de novembro – Passo Fundo; 24 de novembro a 8 de janeiro – sítio de Bagé; 27 de novembro – Rio Negro; 1º de dezembro – Costão; 20 de dezembro – Passo da Cruz. 1894: 2 de janeiro – Umbu; 8 de fevereiro – Valinhos; 9 de fevereiro – ocupação de São Gabriel; 11 e 15 de fevereiro – Bom Jesus; 27 de fevereiro – Sarandi; 6 de abril – Barra de Rio Grande; 10 e 11 de abril – Rio Grande; 11 de abril – Boi Preto; 7 de maio – Carovi; 6 de junho – Três Passos; 7 de junho – Encruzilhada; 13 de junho – Lagoa Vermelha; 23 de junho – Ranchinho; 27 de junho – Rincão dos Melos, Pulador ou Passo Fundo; 10 de agosto – Carovi; 13 de agosto – Igrejinha; 16 de agosto – Timbaúva; 31 de agosto – Campo Novo; 6 de setembro – Laranjeira; 7 de novembro – Traíras. 1895: 20 de janeiro – tomada de Piratini; 2 de fevereiro – ocupação de Camaquã;

quando a vitória parecia ao alcance da mão, abafado o inimigo sob forte cerco, os federalistas bateram em retirada. O Exército Libertador, então com cerca de 6 mil homens, apoiava-se sobretudo na cavalaria e em lanceiros sem armas de fogo. Após seis horas de corajosas cargas de lanceiros, comandadas por Aparício Saraiva, os federalistas tinham dificuldade para romper as linhas adversárias. Mal sabiam, contudo, que os republicanos estavam exauridos e quase sem munição. Pressionados no flanco pelas colunas governistas de Hipólito Ribeiro, Rodrigues Lima Xavier da Câmara e João Telles, terminaram buscando refúgio na fronteira. Ainda assim, não puderam evitar o confronto com a 4ª Brigada do Coronel Francisco Portugal na travessia do Upamoroti – dificultada pelas fortes chuvas e pela perda de muitos cavalos – no dia 12, quando as forças de Joca Tavares foram salvas pela Divisão de Gumercindo Saraiva. No dia seguinte, à sombra de um famoso umbu, os chefes federalistas decidiram pela desmobilização, apenas rechaçada pelo bravo Gumercindo. Muitos federalistas internaram-se no Uruguai. Joca Tavares chegou, em 8 de junho, a referir um ofício do General João Telles ao chefe político de Cerro Largo no qual o oficial governista dizia acreditar que, diante da migração de Salgado e Joca para o Uruguai, dava a Revolução por concluída³⁴.

Gumercindo Saraiva, então, sustentou quase sozinho o movimento em solo brasileiro. Depois de escaramuçar com a Brigada Portugal nas pontas do Jaguari (17/06), com Menna Barreto no Piraiá (20/06) e na Serrilhada (23/06) com Elias Amaro e com Manuel Pedroso no Cerrito (18/07), alcançou importante vitória em 27 de agosto no Cerro do Ouro, município de São Gabriel. Foi uma vitória tática conquistada pelas cargas de cavalaria, “explorando-se dispositivo defeituoso do adversário” e frus-

28 de fevereiro – Tarumã; 16 de março – São Luís; 21 de março – Estiva; 24 de junho – Campo Osório; 23 de agosto – assinatura da paz.

34 – AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004; CHASTEEN, John Charles. *Héroes a caballo: los hermanos Saravia y su frontera insurgente*. Montevideo: Ediciones Santillana; Ed. Aguilar; Fundación Bank of Boston, 2001, pp. 103-128; AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895). Guerra civil brasileira. In: AXT, Gunter (org.). *As guerras dos gaúchos*. História dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2008, pp. 224-248, p. 240.

trando a manobra de cerco, onde pereceram muitos soldados, sobretudo republicanos – cujas forças combinadas da Divisão do Norte e da Brigada Portugal somavam cerca de 5 mil homens. A repercussão projetou o prestígio do caudilho maragato em momento de desfalecimento da Revolução e às vésperas da eclosão da Revolta da Armada no Rio de Janeiro. A cidade de São Gabriel não foi tomada, embora o esmagamento da Brigada Portugal tenha deixado a praça à mercê dos federalistas e seus recursos tenham garantido condição invejável ao Exército Libertador. Mesmo assim, reabastecido com os despojos da Brigada Portugal, Gumercindo pôde marchar em direção ao Ibicuí, levando a Revolução aos estados de Santa Catarina e do Paraná. Seu objetivo passou a ser conflagrar São Paulo, enquanto a Armada organizaria o Governo paralelo no Desterro³⁵.

O caminho pelo litoral, para o avanço de Gumercindo, estava monitorado. Em novembro de 1893, a Divisão do Centro chegara à cidade de Torres, com a missão de interceptar a penetração das colunas de Gumercindo e do General Salgado em direção ao território catarinense. Ali se deu a junção com um destacamento comandado pelo Major Firmino Lopes Rêgo, que viera do Rio de Janeiro para organizar a defesa de Santa Catarina, acompanhado de um contingente do 22º Batalhão de Infantaria e de um pelotão de cavalaria. Com a capitulação do Governo no Desterro ante a esquadra rebelada, entretanto, o Major Firmino ficou isolado no litoral sul, motivo pelo qual se uniu a Arthur Oscar em Torres. Juntos, marcharam para Tubarão, onde se deixaram permanecer por algumas semanas, obstando o avanço dos revolucionários, que ficaram em Laguna³⁶.

Detalhes desse capítulo da Revolução são conhecidos graças aos testemunhos de Carvalho Lima e de Vieira da Rosa, que fornecem pers-

35 – CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Combate do Cerro do Ouro. Porto Alegre, *Revista do IHeGRS*, nº 129, pp. 37-41, 1993; AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004; CHASTEEN, John Charles. *Héroes a caballo: los hermanos Saravia y su frontera insurgente*. Montevideo: Ediciones Santillana; Ed. Aguilar; Fundación Bank of Boston, 2001, p. 105;

36 – AXT, Gunter. Considerações sobre as memórias do Gal. Vieira da Rosa (1893-1930). Pelotas, UFPel, *Memória em Rede, Vol 4, n. 1*, pp. 112-135, 2014.

pectivas pungentes das dificuldades materiais e das logísticas enfrentadas pelo Exército brasileiro, como durante uma marcha forçada pelas areias calcinadas de Araranguá, quando os soldados beberam a própria urina no desesperado afã de se hidratar. Ou, ainda, como nos tenebrosos dias passados em Torres, quando praças, sob a acusação de deserção que lhes recaiu por terem deixado o acampamento por algumas horas em busca de alimento, eram espaldeirados até a morte, depois de terem de cavar a própria cova na areia, enquanto a banda tocava marchinhas eletrizantes³⁷.

Não era apenas comida, água, munição e vestimenta que careciam aos combatentes florianistas. Carvalho Lima descreve os horrores da falta de medicamentos e de assistência no hospital de campanha depois dos primeiros combates cruentos havidos na fronteira, em 1893:

Quase nus, conservando nos restos do fardamento uma legião incalculável de muquiranas, que não nos permitia a firmeza de posição nas formaturas; cavalgando altos tamancos, alpercatas ou sapatos de pano, com solados de corda trançada, aquartelamos em Bagé, de regresso da nossa primeira expedição, cobertos dos louros da primeira derrota. [...] Instalado numa boa casa para família e péssima para o fim a que era destinada, o hospital militar de Bagé estava aparelhado para acolher e deixar morrer à míngua 30 enfermos, pois tantas seriam as tarimbas que ali se viam, com seus travesseiros de madeiras e suas colchas de lã encarnada com barra preta, ocultando a falta de colchões [...]. Sua direção era confiada a um alferes, auxiliado por um sargento, que acumulava as funções de enfermeiro-mor, um farmacêutico, dois soldados cozinheiros, e oito ditos serventes acomodavam-se na imundície reinante [...] naquele todo infecto onde dores atrozes curtiavam centenas de defensores das instituições republicanas [...]³⁸.

37 – LIMA, José Carvalho. *Narrativas militares da Revolução no Rio Grande do Sul. Período de 1893 a 1895*. Belém do Pará: Typografia da Casa Editora Pinto Barbosa, 1906; AXT, Gunter; SANCHES, Helen C. C.; ZEFERINO, Augusto C. (orgs.). *Memórias: General Vieira da Rosa – participação na Guerra do Contestado*. Florianópolis: Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, 2012.

38 – LIMA, José Carvalho. *Narrativas militares da Revolução no Rio Grande do Sul. Período de 1893 a 1895*. Belém do Pará: Typografia da Casa Editora Pinto Barbosa, 1906, pp. 35-38.

Os federalistas acreditaram nos primeiros meses na possibilidade de entendimento com o Governo Federal. Floriano Peixoto enviou mais um negociador. O Senador Francisco Manoel da Cunha Júnior chegou ao porto de Rio Grande, em 4 de maio, no contexto da crise desencadeada com a demissão do Ministro da Fazenda, Serzedelo Corrêa, e do Ministro da Marinha, o Contra-Almirante Custódio de Mello, os quais exigiram a celebração da paz no Estado sulino mediante intervenção federal e destituição de Julio de Castilhos³⁹.

Felisbello Freire chegou a mencionar o esboço de uma ata por Joca e por Cunha Júnior. Em virtude, porém, do declínio da Revolução antes do combate do Cerro do Ouro, os intuitos conciliadores dos governistas teriam arrefecido. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, congressistas tentavam o conagraçamento dos rio-grandenses numa reunião que começou com uma proposta de renúncia de Floriano Peixoto e terminou dissolvida. A descabelada investida do Almirante Wandenkolk contra o porto de Rio Grande, em 8 de julho, sepultou as chances de entendimento. Consciente, aliás, de que a cidade de Rio Grande poderia ser uma ratoeira, Gumercindo, que em julho chegara a incursionar até Jaguarão, retornara pelos próprios passos, fazendo junção com o General Luís Alves Leite de Oliveira Salgado – um dos poucos oficiais do Exército que aderiram aos federalistas e que, depois de se desmobilizar após o Upamoroti, voltara a invadir o Rio Grande em 17 de julho à frente de 800 homens, surgindo no Ponche Verde – às margens do Santa Maria (03/08), de sorte a garantir o sucesso do Cerro do Ouro⁴⁰.

Silveira Martins empenhou-se no erguimento de um Governo revolucionário em território brasileiro, condição para que os rebeldes fossem reconhecidos por estrangeiros, melhorando garantias diplomáticas aos

39 – JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986; MEDEIROS, Laudelino T. *A pacificação da Revolução de 1893*. Porto Alegre: La Salle, 1995.

40 – FREIRE, Felisbello. *História da Revolta de 6 de setembro de 1893*. Rio de Janeiro: Cunha Irs., 1896; MEDEIROS, Laudelino T. *A pacificação da Revolução de 1893*. Porto Alegre: La Salle, 1995, pp. 24-26; CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Combate do Cerro do Ouro. Porto Alegre, *Revista do IHeGRS*, nº 129, 1993, pp. 37-41, p. 38.

exilados e facilitando o acesso ao crédito para o financiamento da guerra. Santa Catarina oferecia espaço ideal para essa empreitada, pois lá a oposição estava no poder.

A conexão com a Revolta de 6 de setembro foi recheada de ruídos. As duas investidas contra o porto de Rio Grande simbolizam este desencontro. Foram ações precipitadas e inconsistentes, incapazes de se articular com as forças de terra que operavam na fronteira. Perdeu-se ali precioso armamento, que poderia ter sido decisivo na definição do conflito a favor dos federalistas⁴¹.

Tumultuado foi o Governo do Desterro. Para Francisco Tavares, que para lá seguiu na condição de Ministro, não chegando, porém, a tomar posse, Custódio de Mello, entre os compromissos assumidos com Silveira Martins e a intenção de isolar Saldanha da Gama, afirmando o sentido republicano do Governo Provisório, optou pela segunda alternativa, entregando o comando a elementos alinhados aos positivistas Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, os quais influenciavam parte do oficialato intermediário da Marinha. Barros e Demétrio procuraram, no Desterro, apartar os gasparistas da mesma forma que haviam feito em 1892, o que suscitou a ira dos gaúchos e precipitou o rompimento. A repetição do quadro de 1892, com a ascendência de Barros Cassal sobre um Governo sem base de sustentação social sólida e a mesma sequência de desentendimentos, levou Dunshee de Abranches a reproduzir a alcunha de *Governicho*⁴².

Afinal, o desfecho para tantas desinteligências e oportunidades desperdiçadas foi trágico. Em abril de 1894, Floriano Peixoto, com sua “esquerda de papel” mobilizada para enfrentar a Armada sublevada, reconquistou o Desterro. A capital de Santa Catarina teve o nome trocado para Florianópolis, após um cruento massacre que pode ter ceifado na

41 – AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895). Guerra civil brasileira. In: AXT, Gunter (org.). *As guerras dos gaúchos*. História dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2008, pp. 224-248, p. 241.

42 – ABRANCHES, Dunshee de. *A revolta da Armada e a revolução rio-grandense*. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1914; AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895). Guerra civil brasileira. In: AXT, Gunter (org.). *As guerras dos gaúchos*. História dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2008, pp. 224-248, p. 241.

fortaleza de Anhatomirim a vida de até 185 membros da fina flor da sociedade local, ordenado pelo general Moreira César, com o consentimento do presidente da República, marechal Floriano Peixoto. A homenagem ao mais feroz de seus algozes foi a suprema humilhação imposta à cidade⁴³.

Enquanto Silveira Martins articulava-se com Custódio de Mello e os governantes do Desterro, Gumercindo Saraiva sustentava a Revolução no Paraná. Em janeiro de 1894, a tomada de Tijucas, praça fortemente guardada por modernos canhões Krupp, marcou o ponto alto da contenda, num combate encarniçado. Sobreveio a conquista da Lapa, dramaticamente sitiada durante quase um mês. Os defensores apenas se renderam (11/02) quando morreu o seu Comandante, Gomes Carneiro, com vontade de ferro para a resistência⁴⁴.

Gumercindo foi então aclamado com entusiasmo em Curitiba, para onde seguiu em companhia do médico Ângelo Dourado, para tratar os feridos. A partir daí, a Revolução entrou novamente em declínio. No Governo do Desterro, avançavam as desinteligências, enquanto o General Piragibe era barrado na fronteira do Paraná com São Paulo pelo Coronel Pires Ferreira e, em seguida, desentendendo-se com seus oficiais, abandonou a Revolução. Gumercindo pressentiu a inconsistência da investida contra São Paulo e decidiu retornar ao Rio Grande do Sul. Enquanto isso, em 6 de abril, o ataque do Almirante Custódio à cidade de Rio Grande, com apoio por terra de uma Divisão comandada pelo General Salgado – que retornara de Laguna ao Sul –, por mal planejado, foi repellido. Em fins de 1893, o General Tavares havia desperdiçado preciosas forças com o infrutífero cerco a Bagé⁴⁵.

43 – OLIVEIRA, Maurício. *A chacina de Anhatomirim*. Florianópolis: Ed. Terceiro Milênio, 1995.

44 – CHASTEEN, John Charles. *Héroes a caballo: los hermanos Saravia y su frontera insurgente*. Montevideo: Ediciones Santillana; Ed. Aguilar; Fundación Bank of Boston, 2001, pp. 129-213; ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da Revolução rio-grandense de 1893*. Rio de Janeiro: s/ed., 1919; DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*. Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1977, pp. 195-202; LACERDA, Francisco Brito de. *Cerco da Lapa: do começo ao fim*. Curitiba: Lítero-Técnica. 1985.

45 – AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895). Guerra civil brasileira. In:

A coluna de Gumercindo foi perseguida de perto pela grande Divisão do Norte, comandada pelo General-de-Brigada honorário Francisco Rodrigues Lima e pelo Senador José Gomes Pinheiro Machado. Inicialmente formada por missionários, recebeu mais tarde o reforço de unidades da Brigada Militar e de batalhões do Exército. Estava melhor dotada de peças de artilharia do que o adversário, além de poder remunerar seus componentes com soldo.

Em sua retirada para o Rio Grande do Sul, Gumercindo cometeu o erro de dividir seu contingente em três colunas. Pretendia distrair o inimigo e enfrentar a dificuldade de abastecimento de víveres, mas acabou perdendo efetivo – em maio de 1894, Juca Tigre, Comandante de uma das colunas, perseguido pelo Coronel Braz Abrantes, internou-se no sertão do Iguaçu, abandonando pelo caminho canhões e metralhadoras e sendo desarmado na Argentina, para onde emigrou – e preciosa artilharia, que tanto lhe custara conquistar. Restavam, contudo, cerca de 3,5 mil homens nas duas outras colunas. A esperança passou a ser a união com a Brigada de Prestes Guimarães em Passo Fundo, que engajava mais 1,5 mil homens⁴⁶.

Entrementes, em 10 de abril, a 5ª Brigada da Divisão do Norte, sob o comando do Coronel Firmino de Paula, destroçou, no Capão do Boi Preto, os revolucionários de Ubaldino Machado. A vitória foi celebrizada pelo ritual macabro das degolas dos vencidos numa ação que pretendia vingança sobre a anterior degola do Rio Negro, comandada pelos maragatos, a qual, por sua vez, pretendia vingar a traição de Bagé. Ódio e barbárie fundiam-se. Chegou-se a contabilizar 500 degolados no Rio Negro, embora hoje as estimativas mais realistas calculem apenas cerca de 30,

AXT, Gunter (org.). *As guerras dos gaúchos*. História dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2008, pp. 224-248, p. 242; CABEDA, Corálio. Ecloração e desenrolar da evolução. AXT, Gunter; CABEDA, Corálio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004, pp. 44-46.

46 – CABEDA, Corálio Bragança Pardo. Considerações em torno da batalha de Passo Fundo. Porto Alegre: *Revista do IHeGRS*, nº 139, 2004, pp. 9-26.

todos provisórios castilhistas, e 370 degolados no Boi Preto, por lotes, ao longo de uma marcha em direção a Santa Bárbara, sendo os cadáveres deixados insepultos, entregues aos corvos e cães selvagens na beira do caminho⁴⁷.

Após uma dramática marcha, descrita por Ângelo Dourado, Gumerindo conseguiu juntar-se a Prestes Guimarães em 24 de junho. Debelada a Revolta da Armada e fracassada a tentativa de tomar o porto e a cidade do Rio Grande, a estratégia do Governo focava-se em impedir que Gumerindo marchasse para o Sul, onde sua presença aqueceria a refrega. Para isso, concentrava recursos na Divisão do Norte. O que Gumerindo desconhecia era que os Generais Menna Barreto e Arthur Oscar deixavam de persegui-lo, recuando momentaneamente para Lagoa Vermelha a fim de restabelecer cavalaria e suprimentos. Após atravessarem a cidade de Passo Fundo, praticamente abandonada pelos efeitos da guerra civil, as forças federalistas chocaram-se, em 27 de junho, com as do General Lima nos banhados do Pulador, onde as cargas de cavalaria de Gumerindo eram dificultadas pelo terreno dobrado e encharcado. Gumerindo, temendo pela retaguarda, insistiu no combate. Depois de seis horas de pugna, as baixas foram enormes de ambos os lados. Com cerca de 800 mortos, foi um dos mais renhidos enfrentamentos da Federalista. Gumerindo só não foi esmagado, porque Menna Barreto e Arthur Oscar nunca chegaram. O General Lima organizou suas forças em quadrados, que não foram rompidos pelas cargas de Gumerindo, mas também não pôde perseguir o inimigo por falta de cavalaria. Com sua força enfraquecida, Gumerindo foi atacado pela Divisão do Norte no Carovi, em 10 de agosto, quando pereceu varado por uma bala. Sua sepultura foi violada, suas orelhas cortadas, salgadas e entregues numa caixa de brinde a Castilhos em Porto Alegre. Segundo outros relatos, teria sido a própria cabeça de Gumerindo entregue nesta caixa⁴⁸.

47 – TABORDA, Tarcísio A. Costa. O Combate do Rio Negro. In: *Correio do Sul*, Bagé, 28.01.1979; SOARES, Mozart Pereira. A Revolução Federalista de 1893 e a degola do Boi Preto. Revista do IHeGRS, nº 135, pp. 47-50, Porto Alegre, 2000.

48 – LIMA, José Carvalho. *Narrativas militares da Revolução no Rio Grande do Sul. Período de 1893 a 1895*. Belém do Pará: Typografia da Casa Editora Pinto Barbosa, 1906;

Foi um golpe duríssimo. Prestes e Aparício conseguiram levar o que restou do corpo de combatentes veteranos para a Argentina, mas a luta entrou em declínio. Enquanto parcela considerável dos refugiados deixava-se assaltar pelo desânimo, arrostando dificuldades materiais e esperando como salvação que a atitude pacificadora de Prudente de Moraes o levasse, ao assumir, a anistiá-los, novo alento aos rebeldes veio com a organização de um corpo expedicionário, formado, sobretudo, por marinheiros mobilizados pelo Almirante Saldanha da Gama, convidado por Silveira Martins a assumir o comando de uma rebelião esfacelada. O Almirante, que aderira tardia e romanticamente à Revolta da Armada, quando ela já estava perdida, propunha-se agora a salvar a Revolução Federalista, tentando animá-la com sua verve apaixonada. A grande esperança de Saldanha residia na ação da coluna comandada por Aparício Saraiva, herdeiro do carisma do irmão Gumercindo. A 20 de janeiro, Aparício cruzou o rio em Monte Caseros, impressionando o governo, que deslocou para a fronteira toda força disponível. Aparício chegou a lograr vitórias importantes, como a sobre o Coronel João César Sampaio, mas foi logo constrangido a recuar para Bagé, refugiando-se na Serrilhada, onde permaneceu até o Armistício. Saldanha decidiu comandar uma coluna com objetivo de se juntar a Aparício, mas a pá de cal chegou com a derrota no Campo Osório, na fronteira com o Uruguai em 24 de junho de 1895. Pouco ambientados ao combate à gaúcha, de grande mobilidade e baseado nas cargas de cavalaria, os marinheiros de Saldanha foram destroçados pelas forças de João Francisco Pereira de Souza – popularmente conhecido mais tarde com a alcunha de Hiena do Cati – e o Almirante lanceado. Com a morte de Saldanha, também morria a Revolução⁴⁹.

Complexas foram as conexões da Revolução com as Repúblicas do Prata. A Argentina, ao que tudo indica, teria sido mais compreensiva do que o Uruguai com a presença de líderes insurretos em seu território nos primeiros meses da Revolução. De fato, em abril de 1893, Gaspar Silveira

DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*. Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1977.

49 – AXT, Gunter; COSTA, Milena C.; MARTINS, Hélio Leoncio (orgs.) *Diário e correspondências do Almirante Saldanha da Gama*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.

Martins queixava-se de não poder ir ao Uruguai, onde sua prisão estava decretada. Em agosto de 1893, as autoridades policiais uruguaias tentaram prender o General Joca Tavares, que se retirara do Brasil gravemente enfermo para repousar em uma estância. Na mesma época, foram presos Francisco e Zeca Tavares. Para Joca, tais prisões, antes de prejudicar a Revolução, alentavam-na, pois muitos federalistas teriam precipitado o seu retorno ao teatro de batalhas no Rio Grande do Sul em um momento de refluxo da rebelião para se evadir da polícia uruguaia⁵⁰.

Em compensação, os Departamentos uruguaios fronteiriços fizeram vistas grossas durante o segundo semestre de 1892 às mobilizações dos emigrados no sentido de preparação das forças de invasão. A linha divisória, de fato, foi uma espécie de escudo amplamente utilizado pelos revolucionários durante toda a guerra. Em princípio, bastava cruzar a fronteira para interromper a perseguição imposta pelas forças legalistas. Além disso, cidadãos uruguaios tomaram parte ativa na vanguarda revolucionária brasileira. Os *brasiguaios* Gumercindo e Aparício Saraiva, célebres caudilhos *blancos*, do Partido Nacionalista, então oposição no Uruguai, engajaram-se com sua gente na Revolução brasileira.

A imprensa montevideana, segundo Tavares, principiou posicionando-se desfavoravelmente aos revoltosos, mas reverteu suas impressões ainda no primeiro semestre de 1893. Na Argentina, Saldanha da Gama achou a opinião pública mais favorável aos revoltosos a partir de outubro de 1894. O Almirante destacava o especial apoio de Virasoro, Governador da Província de Corrientes. Na mesma época, Saldanha da Gama apurava, no Uruguai, a simpatia do Presidente Borda e do “*elemento tajista*”, mas denunciava a forte oposição de Júlio Herrera, sintonizado com Victorino Monteiro, à causa revolucionária. Em agosto de 1893, Joca Tavares também atribuíra a Herrera y Obes a responsabilidade pelas perseguições impostas aos federalistas em solo uruguaio.

50 – AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004; RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal*. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: Ed. UPF, 1999.

Para Silveira Martins, ainda mais extraordinário era que o Governo uruguaio tivesse vendido armamento aos revolucionários em julho de 1893, para, em seguida, retê-lo na fronteira, negando liberação da alfândega. Os problemas dos revolucionários com a polícia e os funcionários de alfândega uruguaiois repetiram-se ao longo de todo o conflito. Além disso, Joca Tavares queixava-se dos empecilhos estabelecidos por funcionários uruguaiois em geral aliciados para a espionagem à custa dos cofres brasileiros.

Se o trânsito dos revolucionários pelo território uruguaio era complexo e o comportamento do Governo oriental parecia contraditório, também os castilhistas e florianistas teriam se beneficiado da superposição de jurisdições própria da zona fronteira. O diário de Joca faz referência a batalhões do Exército brasileiro que teriam se protegido de ataques revolucionários do outro lado da linha divisória. Por sua vez, Tavares registra que, em outubro de 1894, a imprensa uruguaia noticiava que o Governo daquele país autorizara o Governo brasileiro a transitar armamentos por território oriental para abastecer as forças governistas no Rio Grande do Sul⁵¹.

Considerações finais

No segundo semestre de 1894, já desgastados por uma sucessão de fracassos e pelas dificuldades da guerra, alguns federalistas animaram esperanças em relação ao Governo Prudente de Moraes. O próprio Gumercindo Saraiva, pouco antes de falecer, teria, segundo matéria do jornal uruguaio *El Siglo*, de 21 de setembro de 1894, recomendado aos seus comandados que depusessem as armas, caso Floriano permitisse a posse de Prudente. Prudente, contudo, embaçou as negociações de paz, justamente, por não admitir o envolvimento dos marinheiros da Revolta da Armada, que sinalizariam para o caráter nacional e a monarquista da

51 – AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004.

Revolução. Repercutiu muito mal, entre Joca e Francisco, a mensagem de posse de Prudente de Moraes de 15 de novembro de 1894.

Posteriormente, segundo Tavares, a fragilidade das finanças brasileiras e a revolta da Escola Militar no Rio de Janeiro, em 18 de março de 1895, precipitaram a retomada das tratativas. Prudente também se preocupava com o enfraquecimento, decorrente do esforço de guerra, perante as nações estrangeiras.

Francisco Tavares passou a negociar a paz com o Vice-Presidente da República, Manoel Victorino, com o Ministro da Fazenda, Rodrigues Alves, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Carlos de Carvalho. Enquanto Prudente tartamudeava, para Manoel Victorino, a sobrevivência da República dependia da pacificação, motivo pelo qual teria chegado, inclusive, a concordar com a deposição de Julio de Castilhos, proposta jamais aceita por Prudente, que, conforme Medeiros, não queria correr o risco de prolongar a guerra civil com uma reação castilhista. Nomeado, em 7 de maio de 1895, para costurar a pacificação, o General Inocêncio Galvão de Queiroz iniciou a missão, entrevistando-se com Francisco, ainda no Rio de Janeiro, chegando ao Rio Grande no dia 8 de junho⁵².

A pacificação não era consensual entre os revolucionários. Joca e Francisco trabalhavam pela paz. Saldanha da Gama era refratário à proposta da missão Queiroz. Silveira Martins desacreditava dos sinais do Governo Federal quanto à revisão da Constituição de 14 de Julho e quanto à deposição de Julio de Castilhos, desejando, portanto, prosseguir com o movimento. Aparício Saraiva e Rafael Cabeda queriam ganhar tempo para reorganizar o Exército Libertador e para continuar a Revolução, mas não pareciam estar dispostos a se opor à decisão da maioria dos chefes.

52 – AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004; MEDEIROS, Laudelino T. *A pacificação da Revolução de 1893*. Porto Alegre: La Salle, 1995, pp. 58-60.

Em meados de 1895, uma tentativa desesperada de salvar a Revolução, conquistando apoio mais consistente dos países do Prata, rondou a possibilidade da proclamação de um manifesto separatista por parte dos chefes rio-grandenses. Saldanha da Gama foi contra e propôs um manifesto monarquista, o qual, supunha, sensibilizaria as nações europeias.

Francisco assinala que o General Galvão de Queiroz, em conferência no dia 11 de julho de 1895, com o General Tavares, exigiu como condição para o acordo que se lavrasse uma ata, consignando-se que a “*revolução nunca atentara contra o Governo da União*”. Castilhos, por sua vez, fora obrigado a aceitar a paz e a anistia aos revoltosos. Conseguiu, entretanto, permanecer no Governo estadual até 1897, evitando uma intervenção federal. Mais do que isso, evitou, mesmo durante o Governo de Campos Salles, que lhe era hostil, a revisão da Constituição estadual pelo Congresso Nacional, uma das principais reivindicações dos federalistas. Com o Governo Federal e os revolucionários silenciando, a partir de então, sobre o caráter nacional da Revolução, a Federalista tendeu a ser lembrada como um evento regional⁵³.

O desfecho consolidou a ditadura castilhista. Seria necessária outra revolução, em 1923, para rever os termos da Constituição estadual de 1891 e a reeleição indefinida banida. A economia foi severamente desorganizada, com campos talados, benfeitorias arrasadas e atividade produtiva e mercantil desarranjada, sendo necessários alguns anos para a sua recuperação, o que retardou o desenvolvimento da região em seu conjunto. Porto Alegre, todavia, foi fortalecida como centro mercantil do Estado, como desejavam os capitalistas que apoiavam Castilhos.

Em nível nacional, a derrota dos federalistas não apenas sepultou a ameaça restauradora monárquica, como deu musculatura ao modelo presidencialista e federativo. O esforço de guerra ajudou a corroer as combatidas finanças nacionais impactadas pelo Encilhamento e postergou a

53 – AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). TAVARES, Joca; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004.

recuperação da economia do país, que apenas começou a se desenhar com a chegada do século XX.

No plano da memória, a Federalista passou a figurar como “guerra fratricida”, inexplicável explosão de violência entre irmãos, mas cujo alcance teria ficado restrito ao Sul do Brasil e, especialmente, ao Rio Grande do Sul, não sendo assumida como guerra civil brasileira. A Revolução Federalista deveria ser esquecida. É evidente o contraste com as celebrações que se agitam, sobretudo desde 1935, em torno da Revolução Farroupilha, que mobilizou os dois Estados austrais entre 1835 e 1845.

Com efeito, depois da Paz de Ponche Verde, em 1845, fazia-se pouca questão de se invocar a lembrança da longa peleja, já que todos estavam novamente irmanados na nação brasileira. Com a emergência do movimento republicano no último quartel do século XIX, o republicanismo da Farroupilha foi subitamente recuperado. Na esteira da Revolução de 1930, a Farroupilha, devidamente esconsada de seu aspecto separatista, prestava-se à exaltação de valores de uma *gauchicidade* então vitoriosa. Com o Golpe civil-militar de 1964 e a perda de autonomia política das unidades federativas, surgiu, no Rio Grande do Sul, a “Semana Farroupilha”, um modo de celebrar o regionalismo. A fórmula coincidia com certa nostalgia da vida no campo, reação ao acelerado processo de urbanização do Estado, de forma que os valores rurais também encontraram fruição nas novas comemorações. Tradições foram inventadas e hoje a Farroupilha é quase um mito fundante da identidade sul-rio-grandense⁵⁴.

Enquanto isso, a Federalista foi condenada a ser ocasionalmente referida, no máximo, como um ponto fora da curva, um levante regional, quando foi uma verdadeira guerra civil que assumiu, num determinado momento, feições antirrepublicanas, inclusive. Para os governos que se seguiram, não convinha invocar o abantesma de uma conflagração civil de tamanhas proporções. Por sua vez, a Marinha não fazia questão

54 – AXT, Gunter. Notas sobre uma guerra esquecida. In: AXT, Gunter; MACHADO, Paulo Pinheiro. *O processo de Adeodato, último chefe rebelde do Contestado*. Florianópolis: TJSC, 2017.

de reverenciar a quebra de hierarquia e o desastre militar das investidas descabeladas de seus, então, melhores almirantes. Já o Exército, patrono de uma República dimanada de uma quartelada, também não tinha por que reconhecer as notáveis fragilidades e fraturas intestinas expostas pela macabra contenda. Gaúchos e catarinenses, por fim, tinham dificuldade de equacionar, no plano da memória regional, aquela explosão de ódios que tisonou o solo avoengo. Não calhava a ninguém, salvo a um punhado de sobreviventes federalistas, derrotados e afônicos, reconhecer que a República se erguera sobre campas sangrentas.

Texto apresentado em agosto/2017. Aprovado para publicação em março/2018.